

# Pronto esquema de emergência para falta de acordo na dívida

ESTADO DE SÃO PAULO

28 MAR 1987

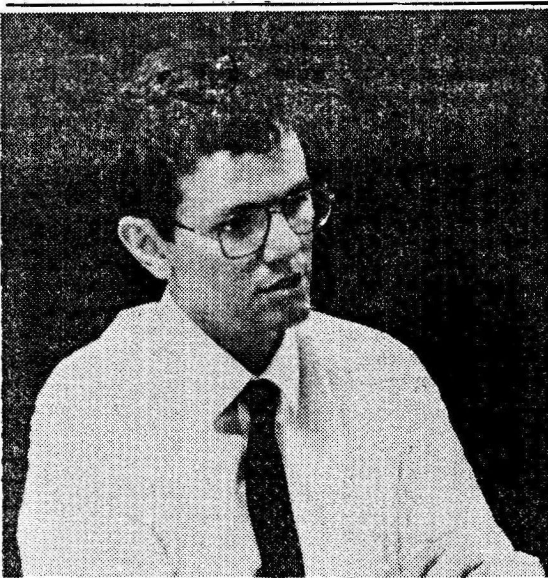
EXA

O governo já montou um esquema de emergência na área comercial e no setor financeiro para enfrentar uma situação de estrangulamento externo total no caso de não haver acordo com os bancos estrangeiros sobre a dívida de curto prazo, estimada em US\$ 15 bilhões, que vence no próximo dia 31. A informação foi prestada ontem por Paulo Nogueira Baptista, assessor do Ministério da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa.

Durante debates na Ordem dos Economistas de São Paulo, Baptista disse que o governo considera muito pouco provável a hipótese de que ocorra um impasse nas negociações porque a posição brasileira não é de confronto e porque os credores também têm interesse em negociar. Ele confirmou a existência de um esquema de emergência ao responder a uma pergunta sobre prioridades de importação e possibilidades de trocas de mercadorias como saídas para enfrentar um estrangulamento externo total.

O assessor do ministro Dílson Funaro assinalou que a moratória foi uma atitude corajosa e que os pagamentos só serão retomados quando houver um acordo que mantenha o nível das reservas externas e assegure o crescimento econômico. Baptista disse que o sentido da moratória não foi bem compreendido pelos brasileiros e culpou a imprensa por isso.

"Os meios de comunicação deformaram a realidade e acabaram tumultuando a vida das pessoas." Os três principais erros da imprensa se-



Nogueira Baptista: erros da imprensa

gundo Baptista: interpretar a declaração da moratória como suspensão irresponsável das negociações; afirmar que não havia outra saída e que a moratória não foi portanto uma atitude política corajosa; afirmar que no passado já havia sido suspenso o pagamento e que não se tratou de uma atitude nova. Segundo Baptista, a diferença é que em 82 a suspensão do pagamento foi negociada e coberta com empréstimos-ponte. Agora houve uma suspensão unilateral, sem o recurso a empréstimos de emergência.

O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra, espera um desfecho favorável para a renegociação da dívida mas não acredita que a partir desse acordo os bancos privados voltem a emprestar voluntariamente recursos novos ao Brasil, pelo menos nos próximos cinco anos. Segundo

Lyra é absurdo imaginar que esses bancos voltem a oferecer empréstimos novos espontâneos se os créditos anteriores estão sendo vendidos com deságio no mercado financeiro internacional.

Diante dessas previsões, que não batem com as expectativas do governo brasileiro, ainda confiante na reabertura dos créditos privados, o ex-presidente do BC sugeriu que o Brasil tome a iniciativa de suspender a contratação de novos empréstimos dos bancos privados. A medida, aparentemente desnecessária se não existe oferta de créditos, permitiria porém ao Brasil desatrelar a taxa interna de juros do mercado financeiro internacional e obter maior flexibilidade na administração da política monetária.

Laerte Setúbal, diretor da Dura-tex, disse que o Brasil terá que desvalorizar de maneira mais acelerada o cruzado se não quiser continuar perdendo mercados no Exterior. Após classificar a situação atual como "preocupante", ele disse que a correção do câmbio virá não por pressões dos exportadores mas por necessidade do próprio governo, que comprará uma grande parte da safra agrícola — porque os preços mínimos garantidos estão acima das cotações de mercado — e terá que criar condições favoráveis para exportar os excedentes.

Para Setúbal, a situação econômica do Brasil é hoje muito parecida com a dos dois primeiros meses do ano passado, com riscos de hiperinflação e ameaça de recessão. "O agravante agora é o sufoco externo, como reflexo da moratória." Após calcular que cada US\$ 1 bilhão de exportação gera 74 mil novos empregos, Setúbal disse que exportar mais não significa espoliar o País, mas sim aumentar a renda interna e recompor as reservas externas.